



diálogo
empresarial
das américas

Recomendações de Política

Impulsionar a Produtividade:
O Caminho para o Crescimento
de Longo Prazo e a Resiliência
em uma Era de Mudanças

Recomendações de Política

Impulsionar a Produtividade:
O Caminho para o Crescimento
de Longo Prazo e a Resiliência
em uma Era de Mudanças

Sobre o Diálogo Empresarial das Américas

O Diálogo Empresarial das Américas (ABD, na sigla em inglês) é uma iniciativa liderada pelo setor privado e facilitada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que promove um diálogo de alto nível entre os governos e o setor privado das Américas sobre políticas voltadas à promoção do desenvolvimento e do crescimento econômico.

O ABD representa mais de 460 empresas e organizações empresariais de diversos setores, que atuam em toda a região das Américas. Sua missão é contribuir para a criação de um ambiente de negócios que incentive investimentos, promova inovação e produtividade, gere mais e melhores empregos e apoie o crescimento econômico na região.

Para tanto, o ABD elabora e publica recomendações de políticas públicas e apoia os governos das Américas na sua implementação.

O ABD mantém um diálogo contínuo de alto nível com os governos das Américas, buscando estabelecer uma relação de colaboração na formulação e implementação de políticas públicas. Como parte central da sua missão, o ABD atua como o mecanismo de consulta do setor privado para a Cúpula das Américas.

Sobre este documento

Este documento foi elaborado e aprovado por consenso pelos membros do ABD. Para tanto, o ABD baseou-se nas ideias, discussões e conhecimentos técnicos compartilhados por seus membros por meio de sua Força-Tarefa sobre Inteligência Artificial e de dez grupos de trabalho: i) Facilitação do Comércio; ii) Comércio e Economia Digital; iii) Finanças; iv) Energia e Recursos Naturais; v) Alimentos e Agronegócio; vi) Transparência e Regulatório; vii) Capital Humano e Inovação; viii) Saúde; ix) Infraestrutura e Logística; e x) Turismo.

Essas recomendações foram aprimoradas por meio do diálogo com governos da região ao longo dos últimos três anos, de consultas ao setor privado e de contribuições técnicas de especialistas do Grupo BID.

A McKinsey & Company atuou como Parceira de Conhecimento (“Knowledge Partner”) deste relatório, fornecendo a base de pesquisa e o arcabouço estratégico que fundamentaram a estruturação e a consolidação das perspectivas dos membros do ABD.

Originalmente preparado para a 10ª Cúpula das Américas — anteriormente agendada para dezembro de 2025 na República Dominicana e posteriormente adiada —, este documento reflete o consenso dos membros do ABD, que puderam comentar e contribuir para as recomendações e iniciativas nele propostas antes de aprová-lo.

Isenção de responsabilidade

O ABD é uma iniciativa liderada pelo setor privado e facilitada pelo BID. No exercício do seu papel de facilitador, o BID presta serviços de secretariado e atua como intermediário imparcial, apoiando o ABD no estabelecimento de um diálogo construtivo com os governos de toda a região.

As recomendações e iniciativas propostas neste documento representam o resultado consensual de um processo colaborativo, e não refletem necessariamente as opiniões individuais ou as posições oficiais de qualquer membro específico do ABD.

Este documento não deve ser interpretado como uma manifestação de apoio, por parte do Grupo BID, às opiniões e recomendações do setor privado. As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente a posição do Grupo BID, da sua Diretoria Executiva ou dos países que representam.

Siga-nos no LinkedIn: www.linkedin.com/company/americasbusinessdialogue.

Para obter mais informações, acesse www.americasbd.org.

Publicado em Washington, D.C. em agosto de 2026

Sumário

01

Siglas e abreviaturas

PÁGINA 5

02

Mensagens centrais

PÁGINA 7

03

Visão geral do relatório

PÁGINA 11

04

Contexto e prioridades para
o desenvolvimento econômico

PÁGINA 17

05

Iniciativas propostas para
implementar as recomendações

PÁGINA 29

06

Considerações finais

PÁGINA 61

07

Bibliografia

PÁGINA 63

01

Siglas e abreviaturas



ABD	Diálogo Empresarial das Américas
AFC	Acordo sobre Facilitação do Comércio
ALC	América Latina e Caribe
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BMD	Bancos Multilaterais de Desenvolvimento
BPR	Boas Práticas Regulatórias
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
ESG	Governança Ambiental, Social e Corporativa
FMI	Fundo Monetário Internacional
GNL	Gás Natural Liquefeito
Grupo BID	Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento
IA	Inteligência Artificial
IVA	Imposto sobre Valor Agregado
JISDR	Iniciativa Conjunta sobre Regulamentação Doméstica dos Serviços
MMRV	Monitoramento, Mensuração, Relato e Verificação
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMA	Organização Mundial das Aduanas
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PI	Propriedade Intelectual
PPP	Parcerias Público-Privadas
TBT	Barreiras Técnicas ao Comércio
USMCA	Acordo Estados Unidos-México-Canadá

02

Mensagens centrais





Novas realidades criam desafios e oportunidades para as Américas à medida que o mundo evolui. A rápida inovação tecnológica e as mudanças na dinâmica geopolítica impõem desafios que devem ser enfrentados, mas também oferecem aos países da região oportunidades para acelerar o desenvolvimento econômico de longo prazo.

Embora esta região do mundo possua uma riqueza inigualável de recursos naturais e capital humano, ela enfrenta desafios históricos. Na América Latina e no Caribe (ALC), em particular, há décadas o crescimento econômico tem ficado aquém do observado em outras regiões, ao mesmo tempo em que persistem necessidades sociais urgentes.

A principal causa dessa estagnação é a baixa produtividade. Diversos estudos identificaram as causas desse problema e apontaram possíveis soluções; ainda assim, ele permanece sem resolução. A necessidade de oferecer respostas eficazes tornou-se ainda mais urgente com a evolução de inovações como a inteligência artificial (IA), que geram novas demandas.

O ABD reconhece que impulsionar a produtividade é o caminho para o crescimento de longo prazo e a resiliência em um mundo em rápida transformação. A adoção de políticas e decisões adequadas abrirá caminho para um futuro mais próspero para as Américas. Promover essa mudança requer avanços em áreas como infraestrutura, integração e financiamento, entre outros fatores indispensáveis ao desenvolvimento.

Nesse contexto, **o setor privado desempenha um papel fundamental para o sucesso.** Dezenas de milhões de grandes, médias e pequenas empresas operam nas Américas, desde comerciantes que abrem suas portas nas primeiras horas de cada manhã até indústrias de ponta. O setor privado gera a maior parte dos empregos e dos investimentos da região, muitas vezes em circunstâncias difíceis.

A resiliência é um ativo valioso que sinaliza o potencial de um ambiente de negócios mais favorável. Enquanto isso, choques provenientes de diversas fontes tornaram-se a norma em um mundo cada vez mais fragmentado, ao mesmo tempo em que novos riscos continuam a surgir.

Portanto, **são necessárias mais parcerias e melhor coordenação entre os setores público e privado.** Regras mais eficazes e um ambiente propício abrirão caminho para mais investimentos, maiores capacidades e melhores soluções. O setor privado é fundamental para aumentar a produtividade e criar um círculo virtuoso que beneficie os povos das Américas.

Agir agora é de suma importância. Nos últimos 60 anos, a ALC cresceu, em média, 1,8% — um valor abaixo da média mundial (Ayres e Juvenal, 2026). Entre 2014 e 2024, a renda per capita permaneceu estagnada, conferindo um novo significado à expressão “década perdida”, cunhada na década de 1980. Frustração e desilusão frequentemente decorrem de um fraco desempenho econômico.

Em muitos aspectos, a região caiu na armadilha da renda média, e nela

permanece presa. A principal razão não é a falta de capital ou de mão de obra, mas a baixa produtividade e a má alocação de recursos. Por exemplo, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) correspondem a 0,65% do PIB, em comparação com 2,7% nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (UIS Data Browser, s.d.).

A despeito dos avanços registrados em áreas como estabilidade macroeconômica, governança democrática e redução da pobreza, a região ainda carece de melhorias em eficiência, inovação e integração. **A urgência dessas iniciativas é ainda maior, tendo em conta que a janela de oportunidade demográfica está se fechando à medida que as taxas de natalidade diminuem e a população envelhece.**

Ao mesmo tempo, o cenário internacional atual é diferente. As preocupações decorrentes da crise da pandemia deram lugar às mudanças geopolíticas e ao rápido avanço das transformações tecnológicas. Essas novas realidades estão reconfigurando as cadeias de valor e abrindo oportunidades, como *reshoring* (retorno da produção para o país de origem) e *nearshoring* (transferência da produção para países vizinhos ou próximos). Assim, reduzir a lacuna de preparação tornou-se uma prioridade para superar as rigidezes do passado.

A resiliência de longo prazo continua sendo uma prioridade para as Américas. Assim como em outras partes do mundo, a região adotou fontes alternativas de eletricidade e, ao mesmo tempo, tornou-se uma importante fornecedora de minerais críticos. Nessas e em outras áreas, como a agricultura regenerativa, a ALC desempenha um papel essencial na solução necessária para promover uma transição ordenada e um futuro sustentável.

O setor privado está comprometido com a construção de um futuro melhor para todos. A identificação de oportunidades, os investimentos, a abertura de novos mercados, as exportações e a geração de empregos fazem parte do processo de desenvolvimento. Soluções financeiras e mobilização de capital também são essenciais.

Igualmente importante é o diálogo construtivo com os governos para estabelecer os melhores marcos regulatórios possíveis. Diretrizes sobre boas práticas e experiências bem-sucedidas de outras regiões podem contribuir para modernizar a administração pública e aprimorar os serviços prestados.

A responsabilidade compartilhada pelo bem-estar dos cidadãos também deve ser reconhecida. Investir em capital humano e requalificação profissional é fundamental em tempos de mudança, assim como promover a integridade e a transparência. Transformar esses objetivos em ações eficazes ampliará os ganhos coletivos decorrentes do aproveitamento de oportunidades específicas.

O leque de oportunidades é amplo. Em suas discussões, o ABD concentrou-se em áreas particularmente promissoras. Entre elas estão setores de alto crescimento, como economia digital, turismo, agronegócio, energia, mineração, saúde e infraestrutura, além de comércio internacional, de forma mais ampla.



Em cada caso, foi realizada uma análise aprofundada com base em informações relevantes provenientes de fontes técnicas. O diálogo franco e pragmático com líderes governamentais foi fundamental para o aprimoramento das propostas. Esse processo confirmou que diálogo aberto e cooperação entre os setores público e privado são essenciais para comparar pontos de vista, identificar ações específicas e, acima de tudo, assegurar sua implementação tempestiva.

A implementação de um conjunto ambicioso de recomendações exigirá persistência. Algumas tarefas exigirão mais esforço do que outras, mas desistir não é uma opção.

A perspectiva de construir um futuro melhor, no qual abundem oportunidades para a população das Américas, mais do que justifica passar das palavras à ação o mais rapidamente possível. O ABD, portanto, mantém seu compromisso de continuar sendo um parceiro entusiasta nesse esforço, acompanhando cada etapa da sua implementação.

Para maximizar o impacto do engajamento entre os setores público e privado nessa transformação impulsionada pela produtividade, o ABD definiu **três pilares** e identificou **seis prioridades estratégicas**. Esse roteiro para o desenvolvimento converge em **15 recomendações concretas** para fortalecer o crescimento e a resiliência em toda a região.

O **primeiro pilar** busca estabelecer um ambiente favorável para que as empresas prosperem, por meio do fortalecimento das instituições, da previsibilidade regulatória e de uma integração regional mais profunda. O **segundo pilar** procura desbloquear vetores de crescimento de maior potencial, promovendo a produtividade, a inovação, a transformação digital e a participação das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) nas cadeias de valor regionais e globais. O **terceiro pilar** visa assegurar que a região disponha das capacidades e dos recursos necessários para sustentar um crescimento econômico resiliente, por meio de investimentos em educação, desenvolvimento da força de trabalho, competências digitais, infraestrutura e financiamento de longo prazo.

Todas as propostas deste documento compartilham um objetivo comum: melhorar a vida de todos os habitantes das Américas. O compromisso do setor privado deve ser entendido como parte de um esforço coletivo mais amplo, que exige persistência, eficácia e, acima de tudo, capacidade de implementação. Transformar palavras em ações tangíveis sempre foi importante, mas o momento atual impõe um novo senso de urgência que exige respostas concretas.

Esses temas transversais destacam questões críticas para o avanço das prioridades identificadas. Os membros do ABD reafirmam seu compromisso de atuar como parceiros proativos dos governos, contribuindo para orientar os formuladores de políticas públicas em seus esforços para promover e sustentar o progresso nas Américas. Eles o fazem com a firme convicção de que impulsionar a produtividade é o caminho para o crescimento de longo prazo e a resiliência em uma era de mudanças.

03

Visão geral do relatório





O ABD ressalta a importância de **fortalecer a produtividade** para acelerar o crescimento econômico e aumentar a competitividade global.

Com esse objetivo, **o ABD apresenta aos líderes das Américas 15 recomendações** para promover o desenvolvimento econômico por meio do aumento da produtividade, da resiliência e da conectividade em toda a região. Essas recomendações estão organizadas em torno de **três pilares de crescimento**, que definem um roteiro estratégico para o progresso econômico e estão estruturadas em **seis áreas prioritárias** para orientar ações específicas. Cada recomendação é acompanhada de **iniciativas de implementação** destinadas a apoiar sua execução.



Primeiro Pilar de Crescimento

Estabelecer um ambiente favorável para que as empresas prosperem

ÁREA PRIORITÁRIA I: Promover a transparência e a governança eficaz

- 1. Promover um ambiente ético e fortalecer a integridade nos setores público e privado** de modo a ampliar a transparência e a prestação de contas, bem como aplicar boas práticas e tecnologias digitais às contratações públicas.
- 2. Modernizar os marcos regulatórios para modelos de negócios novos e inovadores**, com vistas a eliminar barreiras institucionais e processuais, mitigar conflitos de interesse, assegurar a neutralidade concorrencial e promover a inovação.
- 3. Implementar e fortalecer boas práticas regulatórias e usar ferramentas digitais** para simplificar as regulamentações específicas de cada setor, promover a convergência regulatória e reduzir as barreiras técnicas não tarifárias ao comércio.

ÁREA PRIORITÁRIA II: Construir uma região interconectada

- 4. Simplificar e harmonizar o comércio transfronteiriço em conformidade com os padrões internacionais**, mediante a digitalização de processos, para aumentar a eficiência governamental, a interoperabilidade, as operações empresariais e a conformidade regulatória.
- 5. Aplicar padrões internacionais e boas práticas para desenvolver infraestrutura regional de alta qualidade**, incluindo centros logísticos, portos, sistemas de energia e ativos turísticos.
- 6. Reforçar a resiliência por meio do desenvolvimento de matrizes energéticas e cadeias de suprimento integradas**, bem como pela promoção de iniciativas comercialmente viáveis de agregação de valor no setor de mineração.

“

A perspectiva de construir um futuro melhor, no qual abundem oportunidades para a população das Américas, mais do que justifica passar das palavras à ação o mais rapidamente possível”



Segundo Pilar de Crescimento

Desbloquear vetores de crescimento de maior potencial

ÁREA PRIORITÁRIA III: Adotar tecnologias avanzadas e emergentes para promover o aumento de produtividade

7. **Acelerar os investimentos públicos e privados em infraestrutura digital resiliente**, reduzindo as lacunas de conectividade, adotando soluções de nuvem pública, eliminando barreiras à integração digital regional e promovendo o livre fluxo transfronteiriço de dados.
8. **Promover a adoção em larga escala da inteligência artificial e de soluções digitais nos serviços públicos e no setor privado**, por meio do estabelecimento de marcos nacionais e regionais para a IA, do fortalecimento de programas de capacitação e da promoção de incentivos, parcerias e ações de desenvolvimento de competências digitais.

ÁREA PRIORITÁRIA IV: Fortalecer micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e economias rurais

9. **Apoiar a formalização e a inclusão financeira das MPMEs e dos trabalhadores autônomos**, por meio da simplificação e digitalização de processos de registro e tributação, da ampliação do acesso ao crédito e do fortalecimento da infraestrutura financeira rural e digital.
10. **Facilitar a participação das MPMEs nos mercados regionais e globais**, por meio do fortalecimento de mecanismos de facilitação do comércio, da simplificação de procedimentos aduaneiros e de conformidade e da promoção de programas de operador econômico autorizado e de gestão de riscos.

Terceiro Pilar de Crescimento

Assegurar que a região tenha as capacidades e os recursos necessários

ÁREA PRIORITÁRIA V: Preparar a força de trabalho do futuro

- 11.** Fortalecer a cooperação regional em pesquisa, compartilhamento de dados e desenvolvimento de competências para acelerar a inovação, ampliar as capacidades locais e estabelecer polos regionais de aprendizagem e mecanismos de mobilidade de talentos em setores estratégicos.
- 12.** Aproveitar a inteligência artificial e outras tecnologias emergentes para fortalecer a capacidade dos educadores de oferecer aos estudantes experiências de aprendizagem modernas, personalizadas e adaptativas, apoiadas pela tecnologia; alinhar o ensino às necessidades em evolução do setor produtivo; e promover a aprendizagem ao longo da vida, voltada à qualificação e à requalificação profissionais.
- 13.** Expandir os programas de educação financeira e de competências digitais para populações vulneráveis e com acesso limitado a serviços, por meio de plataformas de aprendizagem acessíveis, sob demanda e interativas.

ÁREA PRIORITÁRIA VI: Viabilizar a mobilização de capital

- 14.** Promover a estabilidade e a confiança dos investidores para viabilizar colaborações entre os setores público e privado em investimentos de grande porte, por meio de marcos de política consistentes, transparentes e de longo prazo.
- 15.** Desenvolver mecanismos inovadores de financiamento, como financiamento combinado, garantias de crédito e fundos setoriais, para atender às necessidades específicas de cada setor, apoiar a adoção de tecnologias e fortalecer o desenvolvimento de infraestrutura interconectada com a participação do setor privado.

04

Contexto e
prioridades
para o
desenvolvimento
econômico





A ALC já realizou grande parte do árduo trabalho preparatório necessário para viabilizar o desenvolvimento de um setor privado próspero e dinâmico. Nas últimas três décadas, os países da região alcançaram avanços históricos em estabilidade macroeconômica, governança democrática e redução da pobreza. A expressiva expansão do acesso à educação, à saúde, à proteção social e à conectividade digital impulsionou o surgimento de uma classe média mais estável e ampliou as oportunidades para indivíduos e empresas em toda a região.

O Grande Desafio

No entanto, a menos que a região reduza sua persistente lacuna de produtividade, esses avanços não poderão ser sustentados, e o crescimento não atingirá os níveis necessários para erradicar a pobreza remanescente. Há mais de seis décadas, o crescimento médio da ALC tem sido anêmico, situando-se em cerca de 1,8% ao ano (Ayres e Juvenal, 2026). Esse crescimento modesto foi estimulado principalmente pela acumulação de capital e pela expansão da força de trabalho, com ganhos relativamente limitados em eficiência, inovação e integração internacional. Essas limitações deixaram a região no que se costuma descrever como uma “armadilha da renda média” — uma situação em que o crescimento já não pode ser sustentado apenas pela incorporação de mais trabalhadores ou de mais capital físico.

Como observa o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2025), apesar de períodos de forte acumulação de capital e expansão da força de trabalho, **a região tem enfrentado dificuldades para convergir de forma consistente com as economias avançadas**, ao contrário de outras economias de mercado emergentes, que vêm reduzindo gradualmente a lacuna de produtividade. Diversos estudos mostram, ainda, que a produtividade total dos fatores permanece baixa e que sua evolução está longe de ser satisfatória. Parte da explicação está na má alocação de recursos.

O FMI observa, ainda, que empresas de **alta produtividade enfrentam de forma recorrente barreiras à expansão**, o que as impede de alcançar escalas mais eficientes. Em contrapartida, empresas de baixa produtividade permanecem em atividade por tempo excessivo. A má alocação de recursos também dificulta seu direcionamento entre empresas. Em conjunto, esses fatores limitam o crescimento da produtividade na ALC.

Essa situação tende a afetar todos os setores. As empresas enfrentam uma série de restrições, incluindo acesso limitado a instituições financeiras, regulamentações nacionais e regionais excessivamente onerosas e acesso restrito a mercados. Esses fatores limitam o crescimento de empresas com potencial de sucesso. Mesmo as empresas que conseguem sobreviver enfrentam obstáculos para investir e adotar práticas e tecnologias mais avançadas, enquanto os investimentos em pesquisa e desenvolvimento permanecem baixos em comparação com outras regiões.

Evitar um maior distanciamento exige mais inovação, ecossistemas empreendedores mais competitivos e uma integração mais profunda nos mercados internacionais. Atualmente, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento — um dos principais motores do crescimento da produtividade — correspondem a apenas cerca de 25% dos níveis observados nos países da OCDE (CEPAL, 2024b), enquanto a maioria das pequenas e médias empresas da ALC não dispõe dos meios necessários para inovar ou adotar tecnologias emergentes, reforçando um equilíbrio de baixo crescimento.

Além disso, **o espaço fiscal limitado restringe a capacidade da região para aproveitar as oportunidades de transformação produtiva.** Com déficits fiscais acima das médias pré-pandemia e níveis de endividamento entre os mais elevados das regiões emergentes, a ALC é vulnerável a mudanças nas condições globais de financiamento. Essas limitações reforçam a urgência de reformas voltadas para o crescimento, que eliminem barreiras à produtividade, agilizem os cronogramas de investimento e mobilizem capital por meio de colaborações entre os setores público e privado e de financiamento combinado.

Os desafios estruturais persistentes nas Américas coexistem com oportunidades em setores de alto crescimento, como economia digital, turismo, agronegócio, energia, mineração, saúde, infraestrutura e comércio internacional. Embora o mundo esteja evoluindo rapidamente, é possível adaptar-se às novas condições, desde que sejam tomadas as decisões corretas.

O Caminho a Seguir

Como demonstram esses setores, a combinação entre a mudança na dinâmica geopolítica e o rápido avanço tecnológico **oferece à região um potencial significativo de desenvolvimento econômico acelerado e de longo prazo**, especialmente se ela conseguir aproveitar de forma eficiente seu capital humano, utilizar seus recursos naturais de maneira responsável e fortalecer a geração de valor nos mercados consumidores. No entanto, transformar esse potencial em resultados concretos exigirá a superação de desafios significativos.

Há dois fatores fundamentais que impulsionam o crescimento: a expansão da força de trabalho e o aumento da produtividade. Embora nas últimas décadas o crescimento econômico da ALC tenha sido sustentado pelo crescimento populacional e pela participação da força de trabalho, a previsão é de que esses fatores atinjam o seu pico nos próximos anos (CEPAL, 2024a), seguidos de um esperado declínio gradual. Nesse cenário, **o ABD reconhece que impulsionar a produtividade é o caminho para o crescimento de longo prazo e a resiliência em uma era de mudanças**.

A produtividade pode ser aumentada com a alocação mais eficiente de capital, priorização da inovação baseada em ciência, destinação de recursos para áreas estratégicas que reforcem a competitividade — incluindo infraestrutura, educação e saúde — e implementação de sistemas de monitoramento, informação e verificação que acompanhem os resultados e orientem os investimentos em todos os setores. Em contrapartida, a produtividade permite que os setores produtivos se expandam de forma competitiva e aproveitem as oportunidades nos mercados globais, bem como que as empresas gerem mais valor com os mesmos recursos, reduzam custos, melhorem a qualidade e criem condições para reinvestir. À medida que a eficiência aumenta, as empresas abrem novas oportunidades de crescimento. Os trabalhadores, por sua vez, beneficiam-se de melhores empregos, salários mais altos e estilos de vida mais saudáveis. **A produtividade se traduz em empresas prósperas, economias mais fortes e comunidades mais resilientes**.

As Américas já deram passos importantes rumo à construção de economias mais competitivas e dinâmicas. A região desenvolveu uma base manufatureira diversificada e está começando a aproveitar as oportunidades em setores de alta tecnologia, como energia renovável e serviços digitais, sinalizando uma trajetória positiva. No entanto, essas tendências ainda são desiguais e exigem maior escala e integração. Se a região aproveitar suas



vantagens competitivas por meio de inovações baseadas em ciência e de políticas que promovam parcerias entre os setores público e privado, as Américas, em especial a ALC, poderão alcançar **prosperidade de longo prazo e ampliar sua relevância global**.

As seções a seguir apresentam um roteiro, liderado pelo setor privado, para fortalecer a competitividade, a produtividade e a resiliência de longo prazo na região.

Primeiro Pilar de Crescimento

Estabelecer um ambiente favorável para que as empresas prosperem



Esse pilar, que constitui a base do roteiro e tem instituições confiáveis e uma governança previsível como pré-requisitos para o crescimento, tem como foco a construção dos marcos institucionais e regulatórios necessários para a expansão econômica. Uma governança transparente, marcos jurídicos previsíveis e regulamentações eficazes geram confiança e estabilidade, atraem investimentos e permitem que as empresas concorram em escala global. Estabelecer um ambiente em que empresas nacionais e internacionais possam operar com confiança é um passo importante para liberar o potencial da região.

ÁREA PRIORITÁRIA I: Promover a transparência e a governança eficaz

Uma governança transparente, previsível e responsável é essencial para criar a estabilidade e a confiança necessárias ao crescimento econômico e permitir que os atores dos setores público e privado atuem com segurança.

O Estado de direito, a segurança jurídica, instituições confiáveis e independentes e uma cultura de prestação de contas são essenciais para construir um ambiente de confiança e previsibilidade, que atraia investimentos e permita o crescimento das empresas.

Há uma oportunidade significativa na ALC para fortalecer a integridade institucional e modernizar os sistemas de governança de modo a aumentar a confiança de cidadãos, empresas e investidores. Atualmente, o acesso limitado à informação, a aplicação desigual das normas e a fragmentação dos marcos regulatórios continuam gerando incerteza e elevando os custos da atividade empresarial. No entanto, maior transparência, marcos regulatórios mais claros

ÁREA PRIORITÁRIA I: Promover a transparência e a governança eficaz

e instituições mais confiáveis podem contribuir para restaurar a confiança e apoiar uma melhor tomada de decisões em todos os setores.

Para garantir que as empresas possam realmente prosperar em um ambiente dinâmico, é indispensável que os processos de modernização regulatória sejam conduzidos de forma inclusiva, com a participação do setor privado na formulação e atualização de regulamentos. Essa abordagem facilita a antecipação de impactos, evita encargos administrativos desnecessários e promove regulamentos proporcionais, baseados em evidências e alinhadas aos padrões internacionais, fortalecendo a competitividade e estimulando a inovação.

Recomendações

- 1. Promover um ambiente ético e fortalecer a integridade nos setores público e privado** de modo a ampliar a transparência e a prestação de contas, bem como aplicar boas práticas e tecnologias digitais às contratações públicas.
- 2. Modernizar os marcos regulatórios para modelos de negócios novos e inovadores,** com vistas a eliminar barreiras institucionais e processuais, mitigar conflitos de interesse, assegurar a neutralidade concorrencial e promover a inovação.
- 3. Implementar e fortalecer boas práticas regulatórias e usar ferramentas digitais** para simplificar as regulamentações específicas de cada setor, promover a convergência regulatória e reduzir as barreiras técnicas não tarifárias ao comércio.

ÁREA PRIORITÁRIA II: Construir uma região interconectada

A colaboração regional e uma integração transfronteiriça mais profunda podem potencializar as vantagens complementares da ALC e promover um ambiente econômico mais competitivo e diversificado.

O aprofundamento das conexões regionais nas cadeias de suprimentos, nos sistemas energéticos e na infraestrutura é essencial para reduzir custos, aumentar a eficiência e alcançar ganhos de escala.

Uma integração regional mais profunda pode reduzir significativamente os custos e ampliar as oportunidades econômicas ao simplificar a circulação

de bens, serviços, energia e dados. A melhoria da conectividade fortalece as cadeias de suprimentos, acelera o comércio e contribui para que os países atraiam investimentos de longo prazo. Atualmente, porém, a ALC ainda está apenas parcialmente interconectada. As redes de energia, as redes de dados, os sistemas de transporte e as cadeias logísticas frequentemente operam com coordenação limitada, o que eleva custos e restringe a capacidade da região de participar plenamente das cadeias globais de valor.

Recomendações

- 4.** **Simplificar e harmonizar o comércio transfronteiriço em conformidade com os padrões internacionais**, mediante a digitalização de processos, para aumentar a eficiência governamental, a interoperabilidade, as operações empresariais e a conformidade regulatória.
- 5.** **Aplicar padrões internacionais e boas práticas para desenvolver infraestrutura regional de alta qualidade**, incluindo centros logísticos, portos, sistemas de energia e ativos turísticos.
- 6.** **Reforçar a resiliência por meio do desenvolvimento de matrizes energéticas e cadeias de suprimento integradas**, bem como pela promoção de iniciativas comercialmente viáveis de agregação de valor no setor de mineração.

Segundo Pilar de Crescimento

Desbloquear vetores de crescimento de maior potencial



Esse pilar, que posiciona a produtividade e a inovação como os principais motores da competitividade regional, concentra-se em fatores que podem promover as economias na cadeia de valor, ao acelerar a adoção de tecnologias e fomentar a transformação digital. Também busca fortalecer MPMEs e economias rurais. Por meio desses fatores, as Américas podem expandir sua fronteira produtiva, fortalecer sua participação nos mercados globais e assegurar que a inovação e o empreendedorismo impulsionem uma prosperidade amplamente compartilhada.

ÁREA PRIORITÁRIA III: Adotar tecnologias avançadas e emergentes para promover o aumento de produtividade

As tecnologias avançadas e emergentes oferecem à região uma importante oportunidade para aumentar a produtividade, fortalecer a competitividade e promover economias mais dinâmicas e inovadoras.

A adoção de ferramentas digitais, automação e IA pode contribuir para modernizar processos, impulsionar o comércio internacional e posicionar as Américas como um importante ator na economia digital global.

Ferramentas digitais, automação, inteligência artificial e sistemas de dados modernos têm o potencial de transformar a produção, reduzir custos e gerar bens e serviços de maior valor agregado. **Muitos países da região vêm avançando nessa agenda; no entanto, a adoção dessas tecnologias ainda é desigual**, e lacunas de infraestrutura, competências digitais limitadas e ecossistemas de inovação pouco desenvolvidos continuam restringindo um impacto mais amplo. O fortalecimento da infraestrutura digital e energética, a ampliação do acesso à tecnologia e o desenvolvimento das competências necessárias para aplicar essas ferramentas podem contribuir para acelerar ganhos de produtividade em todos os setores.

Recomendações

- 7.** **Acelerar os investimentos públicos e privados em infraestrutura digital resiliente**, reduzindo as lacunas de conectividade, adotando soluções de nuvem pública, eliminando barreiras à integração digital regional e promovendo o livre fluxo transfronteiriço de dados.
- 8.** **Promover a adoção em larga escala da inteligência artificial e de soluções digitais nos serviços públicos e no setor privado**, por meio do estabelecimento de marcos nacionais e regionais para a IA, do fortalecimento de programas de capacitação e da promoção de incentivos, parcerias e ações de desenvolvimento de competências digitais.

ÁREA PRIORITÁRIA IV: Fortalecer micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e economias rurais

O fortalecimento da produtividade e da competitividade de MPMEs e comunidades rurais aumentará oportunidades econômicas nas Américas.

Ampliar o acesso a financiamento, tecnologia e mercados é essencial para fortalecer a competitividade e criar oportunidades em toda a economia, permitindo que esses atores expandam suas operações e participem de forma mais efetiva das cadeias regionais e globais de valor.

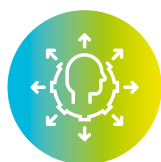
As estatísticas mostram que **as MPMEs constituem a espinha dorsal da economia regional**. Elas representam mais de 95% do total de empresas, geram cerca de 60% dos empregos formais e respondem por aproximadamente um quarto do PIB da região (Sciarra, 2024; OCDE, CAF e SELA, 2024). **As comunidades rurais contribuem para setores essenciais, como a agricultura**, mas continuam enfrentando importantes lacunas de desenvolvimento e infraestrutura que limitam sua capacidade de participar plenamente dos mercados modernos. Ampliar o acesso a financiamento e tecnologia, simplificar os processos administrativos e fortalecer as condições que favorecem uma participação equitativa no comércio são medidas essenciais para permitir que esses atores cresçam com mais segurança, aumentem sua produtividade e se integrem de forma mais efetiva às cadeias regionais e globais de valor.

Recomendações

- 9.** **Apoiar a formalização e a inclusão financeira das MPMEs e dos trabalhadores autônomos**, por meio da simplificação e digitalização de processos de registro e tributação, da ampliação do acesso ao crédito e do fortalecimento da infraestrutura financeira rural e digital.
- 10.** **Facilitar a participação das MPMEs nos mercados regionais e globais**, por meio do fortalecimento de mecanismos de facilitação do comércio, da simplificação de procedimentos aduaneiros e de conformidade e da promoção de programas de operador econômico autorizado e de gestão de riscos.

Terceiro Pilar de Crescimento

Assegurar que a região tenha as capacidades e os recursos necessários



Esse pilar assegura os fatores que viabilizam a prosperidade a longo prazo, concentrando-se na preparação da força de trabalho do futuro e na mobilização de investimentos para projetos transformadores que convertam a inovação em resultados mensuráveis.

As empresas privadas da ALC devem fazer sua parte para impulsionar ganhos de produtividade, investindo muito mais na adoção de tecnologias e na formação de capital humano, a fim de aproveitar plenamente o potencial da transformação digital. O setor privado deve estabelecer parcerias com governos, instituições acadêmicas e outros atores do desenvolvimento para promover programas de capacitação voltados para o desenvolvimento de competências digitais e nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, ampliando a base de talentos.

Os modelos de tecnologia educacional têm mostrado potencial para abrir novos nichos de mercado ao suprir lacunas dos sistemas formais de ensino, apoiar a requalificação da força de trabalho e viabilizar serviços intensivos em conhecimento.

ÁREA PRIORITÁRIA V: Preparar a força de trabalho do futuro

Dotar os trabalhadores das competências necessárias para uma economia em rápida transformação representa uma importante oportunidade para fortalecer a competitividade e promover o crescimento de longo prazo em toda a região.

Ampliar o acesso à educação de alta qualidade e a programas de qualificação e requalificação profissional é fundamental para a criação de uma força de trabalho preparada para o futuro. O fortalecimento da alfabetização digital e em inteligência artificial em todos os segmentos da sociedade aumentará a produtividade, contribuindo para que a região permaneça competitiva em uma economia global em rápida transformação.

Uma força de trabalho qualificada e adaptável é essencial para que os países inovem, adotem novas tecnologias e participem de setores de maior valor agregado. No entanto, os sistemas de educação e capacitação em muitas partes das Américas não se adaptaram com rapidez suficiente para

atender às novas demandas do mercado de trabalho. Como resultado, muitos trabalhadores ainda não têm acesso às competências digitais, técnicas e financeiras necessárias para prosperar nos setores emergentes. As oportunidades limitadas de requalificação e aprendizagem ao longo da vida, também impedem que os trabalhadores migrem para ocupações mais produtivas. Ao modernizar os sistemas educacionais, melhorar a qualidade do ensino, fortalecer os vínculos entre a formação e o setor produtivo e ampliar o acesso à aprendizagem contínua, os países podem facilitar a transição dos trabalhadores para oportunidades de maior valor agregado e criar uma força de trabalho mais resiliente e preparada para o futuro.

Recomendações

- 11.** Fortalecer a cooperação regional em pesquisa, compartilhamento de dados e desenvolvimento de competências para acelerar a inovação, ampliar as capacidades locais e estabelecer polos regionais de aprendizagem e mecanismos de mobilidade de talentos em setores estratégicos.
- 12.** Aproveitar a inteligência artificial e outras tecnologias emergentes para fortalecer a capacidade dos educadores de oferecer aos estudantes experiências de aprendizagem modernas, personalizadas e adaptativas, apoiadas pela tecnologia; alinhar o ensino às necessidades em evolução do setor produtivo; e promover a aprendizagem ao longo da vida, voltada à qualificação e à requalificação profissionais.
- 13.** Expandir os programas de educação financeira e de competências digitais para populações vulneráveis e com acesso limitado a serviços, por meio de plataformas de aprendizagem acessíveis, sob demanda e interativas.



O acesso a capital e a mecanismos de mitigação de riscos financeiros são essenciais para impulsionar novos vetores de crescimento, diversificar indústrias e fortalecer a competitividade.

O investimento é essencial para expandir a infraestrutura, ampliar a adoção de novas tecnologias e promover o desenvolvimento de setores de alto valor agregado. No entanto, muitos países da ALC continuam enfrentando desafios para alocar recursos de forma eficiente a oportunidades de longo prazo. A profundidade limitada dos mercados de capitais, a confiança desigual dos investidores e uma carteira restrita de projetos financiáveis podem retardar o progresso e restringir o acesso ao financiamento necessário para a modernização. Ao fortalecer o ambiente de investimentos, aumentar a previsibilidade regulatória e ampliar os mecanismos de mobilização de capital público e privado, **os países podem destinar recursos a projetos com maior impacto econômico e social.** Essa estratégia pode contribuir para diversificar as indústrias, aumentar a resiliência e transformar a capacidade financeira em desenvolvimento duradouro.

Recomendações

- 14.** **Promover a estabilidade e a confiança dos investidores para viabilizar colaborações entre os setores público e privado em investimentos de grande porte,** por meio de marcos de política consistentes, transparentes e de longo prazo.
- 15.** **Desenvolver mecanismos inovadores de financiamento,** como financiamento combinado, garantias de crédito e fundos setoriais, para atender às necessidades específicas de cada setor, apoiar a adoção de tecnologias e fortalecer o desenvolvimento de infraestrutura interconectada com a participação do setor privado.

As Américas podem alcançar uma trajetória de crescimento resiliente ao implementar as prioridades propostas, que, em conjunto, podem aumentar a produtividade, atrair investimentos e promover prosperidade de longo prazo.

05

Iniciativas
propostas para
implementar as
recomendações





Para transformar essas seis prioridades estratégicas em resultados concretos, o ABD propõe uma série de iniciativas táticas para converter as recomendações em programas executáveis que aumentem a produtividade. A seção a seguir apresenta essas iniciativas, detalhando as ações concretas necessárias para transformar os objetivos estratégicos em oportunidades econômicas reais e prosperidade de longo prazo para as Américas. Todos os temas aqui apresentados foram desenvolvidos por meio de uma série de grupos de trabalho temáticos, com a participação de membros do ABD.

Naturalmente, essas medidas específicas deverão ser adaptadas às realidades nacionais. As Américas abrangem países em diferentes estágios de desenvolvimento. Esta lista busca incluir o maior número possível de temas para oferecer aos formuladores de políticas públicas e ao setor privado um conjunto de instrumentos que possa ser traduzido em ações, estratégias e regulamentos. O objetivo é indicar um caminho que permita à região alcançar seu potencial econômico, melhorando, ao mesmo tempo, a qualidade de vida da população. No centro desse esforço está uma verdade fundamental: **impulsionar a produtividade é o caminho para o crescimento de longo prazo e a resiliência em uma era de mudanças**. Três pilares fundamentais são críticos para alcançar esse objetivo.



Estabelecer um ambiente favorável para que as empresas prosperem

ÁREA PRIORITÁRIA I: Promover a transparência e a governança eficaz

1.

Promover um ambiente ético e fortalecer a integridade nos setores público e privado de modo a ampliar a transparência e a prestação de contas, bem como aplicar boas práticas e tecnologias digitais às contratações públicas.

Iniciativas propostas para fortalecer a governança, a supervisão e a prestação de contas:

- Incentivar a divulgação pública de programas de ética e conformidade em organizações públicas e privadas.

Iniciativas propostas para aprimorar as práticas de contratação pública e as capacidades institucionais:

- Adotar práticas de contratação pública baseadas em valor, alinhadas aos princípios de “Value for Money” (relação custo-benefício) utilizados pelos principais bancos multilaterais de desenvolvimento, para melhorar a eficiência, a equidade e o impacto de longo prazo.
- Fortalecer as capacidades institucionais por meio da capacitação de agentes de contratação pública e auditores, com vistas à adoção de boas práticas e ferramentas digitais que previnam a corrupção e a ineficiência.
- Alinhar os sistemas nacionais de contratação pública às referências internacionais — como os do Banco Mundial, da OCDE e da APEC — para fortalecer a governança e a comparabilidade.
- Incentivar a adoção de códigos de conduta para as contratações públicas e oferecer incentivos às entidades públicas e aos fornecedores que observem padrões de ética e conformidade elevados.

2.

Modernizar os marcos regulatórios para modelos de negócios novos e inovadores, com vistas a eliminar barreiras institucionais e processuais, mitigar conflitos de interesse, assegurar a neutralidade concorrencial e promover a inovação.

Iniciativas propostas para eliminar barreiras institucionais e processuais:

- Engajar sistematicamente o setor privado na formulação de padrões de governança e regulatórios para refletir as boas práticas internacionais e fomentar a inovação.
- Promover a cooperação regional e programas de intercâmbio técnico sobre modernização regulatória e padrões de supervisão de mercados, em coordenação com instituições multilaterais e o setor privado.

Iniciativas propostas para lidar com conflitos de interesse e fortalecer a integridade regulatória:

- Fortalecer os marcos de governança dos serviços de infraestrutura de mercado (por exemplo, pagamentos digitais e ecossistemas de fintechs), estabelecendo linhas claras de responsabilização, tomada de decisão e supervisão, para prevenir conflitos de interesse entre as funções regulatórias e operacionais.
- Incentivar uma clara separação funcional e a implementação de salvaguardas nas agências reguladoras no que diz respeito às responsabilidades de supervisão, operação e formulação de políticas, apoiadas por procedimentos transparentes de prestação de contas e auditoria.
- Estabelecer mecanismos independentes de revisão e conformidade para assegurar que as decisões regulatórias permaneçam imparciais e alinhadas aos objetivos de interesse público.

Iniciativas propostas para promover a neutralidade concorrencial e a igualdade de acesso:

- Incentivar o acesso responsável a dados públicos e sua reutilização, assegurando o respeito aos direitos de propriedade intelectual (PI) e à privacidade, ao mesmo tempo em que se adotam normas internacionais reconhecidas para inteligência artificial (por exemplo, a ISO 42001).
- Simplificar os marcos regulatórios e de propriedade intelectual para reduzir os prazos de concessão de patentes e de aprovação regulatória, assegurar critérios justos de patenteabilidade e fortalecer os mecanismos de proteção de dados e resolução de controvérsias.

Iniciativas propostas para apoiar a inovação tecnológica e os modelos de negócios:

- Fortalecer e modernizar os marcos de propriedade intelectual (PI) para proteger ativos criativos e tecnológicos, facilitar a transferência de tecnologia e alinhar os padrões regionais às referências internacionais, como os da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e do Acordo Estados Unidos–México–Canadá (USMCA).

Iniciativas propostas para modernizar os sistemas de licenciamento e concessão de autorizações:

- Desenvolver o ambiente regulatório necessário para viabilizar sua adoção e aumentar a transparência, a previsibilidade e a eficiência nos processos de licenciamento e concessão de autorizações.
- Implementar uma plataforma digital compartilhada em âmbito nacional e, quando pertinente, entre países, para simplificar a gestão, pelos governos subnacionais, dos processos de licenciamento empresarial, concessão de autorizações e aprovação de investimentos, por meio de sistemas seguros e interoperáveis que reduzam os encargos administrativos e ampliem a transparência e a previsibilidade para investidores.

3.

Implementar e fortalecer boas práticas regulatórias e usar ferramentas digitais para simplificar as regulamentações específicas de cada setor, promover a convergência regulatória e reduzir as barreiras técnicas não tarifárias ao comércio.

Iniciativas propostas para estabelecer as bases nacionais de Boas Práticas Regulatórias (BPR):

- Adotar marcos de Boas Práticas Regulatórias em âmbito nacional, alinhados a referências internacionais como a Declaração da APEC sobre Boas Práticas Regulatórias de 2023, bem como à participação das partes interessadas e à formulação de normas baseada em evidências, assegurando sua aplicação consistente em todos os órgãos públicos.
- Estabelecer ou fortalecer um órgão central de coordenação para supervisionar a implementação de Boas Práticas Regulatórias e promover coerência regulatória entre ministérios e setores.
- Criar mecanismos de governança com múltiplas partes interessadas (como um Conselho Permanente de Economia Digital), para monitorar a implementação e assegurar a prestação de contas.

Iniciativas propostas para fortalecer capacidades regulatórias e orientação normativa:

- Oferecer programas contínuos de fortalecimento de capacidades e cooperação técnica para promover a convergência regulatória com padrões e boas práticas internacionais.
- Publicar orientações de aplicação geral para os órgãos reguladores sobre o cumprimento do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Iniciativa Conjunta sobre a Regulamentação Doméstica de Serviços (JISDR) e demais obrigações jurídicas correlatas.
- Incentivar a colaboração com organismos internacionais (por exemplo, OCDE, G7 e Unesco), para assegurar que os marcos regionais de governança da inteligência artificial permaneçam interoperáveis com os padrões globais.

- Identificar facilitadores e marcos regionais para apoiar a implementação da inteligência artificial em diferentes setores e promover convergência regulatória.
- Assegurar a participação de todo o governo na iniciativa Americas RISE for Health, a fim de coordenar as contribuições nacionais, o alinhamento regulatório e a execução de projetos inter-regionais.
- Designar um ponto focal nacional (por exemplo, nos ministérios do comércio) para coordenar a participação na iniciativa Americas RISE for Health e alinhar esforços nacionais.
- Aderir a redes regionais de fortalecimento de capacidades (por exemplo, a RISE Network for Regulatory Capacity Building), para promover o alinhamento de capacidades técnicas e regulatórias.

ÁREA PRIORITÁRIA II: Construir uma região interconectada

4.

Simplificar e harmonizar o comércio transfronteiriço em conformidade com os padrões internacionais, mediante a digitalização de processos, para aumentar a eficiência governamental, a interoperabilidade, as operações empresariais e a conformidade regulatória.

Iniciativas propostas para fortalecer a infraestrutura comercial digital e física:

- Modernizar os sistemas de tecnologias da informação e comunicação relacionados ao comércio, por meio da adoção de procedimentos sem papel, da digitalização dos requisitos de importação e exportação, do fortalecimento da automação aduaneira e da atualização da infraestrutura de hardware e software existente. Assegurar a interoperabilidade entre as plataformas de aduanas, logística e intercâmbio de dados, a fim de reduzir os custos de transação e aumentar a resiliência das operações transfronteiriças.
- Desenvolver plataformas digitais abertas e padrões técnicos comuns para o intercâmbio de informações entre os atores dos setores de logística, aduana e transporte, a fim de reduzir os custos de transação e aumentar a eficiência.

- Simplificar o acesso às plataformas de comércio eletrônico e comércio digital por meio do desenvolvimento de padrões regionais de interoperabilidade e da promoção de concorrência leal.

Iniciativas propostas para simplificar e harmonizar os procedimentos comerciais:

- Acelerar a implementação do Acordo sobre Facilitação do Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outros padrões internacionais de comércio, como os desenvolvidos pela Organização Mundial das Aduanas (OMA).
- Aprofundar a coordenação regional para promover a convergência dos procedimentos aduaneiros, dos sistemas de gestão de riscos e do reconhecimento mútuo dos Operadores Econômicos Autorizados (OEA), também conhecidos como operadores confiáveis.
- Ampliar os sistemas de Janela Única de Comércio Exterior e de certificação eletrônica (por exemplo, certificados de origem digitais e certificados fitossanitários eletrônicos), para reduzir o tempo e os custos das transações.



“

Há uma oportunidade significativa na ALC para fortalecer a integridade institucional e modernizar os sistemas de governança de modo a aumentar a confiança de cidadãos, empresas e investidores.”



Iniciativas propostas para atender às necessidades específicas de cada setor:

Agricultura



- Harmonizar normas e certificações agrícolas para reduzir as barreiras técnicas, garantir a segurança dos alimentos e facilitar o comércio de produtos agroalimentares.
- Promover a inovação público-privada em logística e rastreabilidade por meio da adoção de plataformas digitais e sistemas de blockchain para fortalecer a comprovação da origem, a segurança dos alimentos e a competitividade.

Saúde



- Estabelecer um ambiente favorável ao comércio, que incentive os investimentos e promova a geração de empregos na cadeia global de suprimentos em saúde, abstendo-se de impor tarifas sobre produtos de saúde e implementando a convergência regulatória.
- Fortalecer a resiliência da cadeia de suprimentos em saúde por meio da manutenção do fluxo ininterrupto e equitativo de produtos médicos essenciais, da diversificação das fontes de suprimento e da coordenação de estoques estratégicos de emergência.
- Eliminar as barreiras não tarifárias ao comércio de produtos relacionados à saúde e harmonizar procedimentos de importação e requisitos documentais.
- Adotar e implementar marcos regionais de colaboração ética para assegurar transparência, integridade dos dados e parcerias equitativas no setor da saúde.

5.

Aplicar padrões internacionais e boas práticas para desenvolver infraestrutura regional de alta qualidade, incluindo centros logísticos, portos, sistemas de energia e ativos turísticos.

Iniciativas propostas para fortalecer a governança e o planejamento do desenvolvimento de infraestrutura:

- Promover a adoção de marcos regulatórios e investimentos em infraestrutura nas zonas de fronteira que favoreçam o comércio formal, a conectividade, o desenvolvimento industrial e a geração de empregos.
- Estabelecer planos nacionais e regionais de longo prazo que integrem centros logísticos, portos e corredores de transporte para fortalecer a conectividade doméstica, a integração regional e a participação nas cadeias globais de valor.
- Criar uma carteira regional de projetos de infraestrutura financiáveis, para viabilizar a participação de bancos de desenvolvimento e investidores privados em operações de financiamento combinado.

Iniciativas propostas para assegurar a qualidade, a concorrência e as salvaguardas nos projetos de infraestrutura:

- Exigir que todos os projetos de infraestrutura sejam submetidos a processos de contratação pública abertos e competitivos, a uma avaliação independente de viabilidade e ao cumprimento de salvaguardas ambientais, sociais e de sustentabilidade climática.
- Estabelecer padrões claros de qualidade e desempenho dos serviços para os operadores logísticos, evitar regulamentos nacionais anticoncorrenciais (como a fixação de tarifas de frete) e alinhar os marcos nacionais às normas regionais de concorrência.

Iniciativas propostas para aumentar a resiliência da infraestrutura e a confiabilidade das redes interconectadas:

- Desenvolver padrões compartilhados de manutenção e resiliência para as redes regionais de transporte e energia, a fim de aumentar a confiabilidade e reduzir o tempo de indisponibilidade dos serviços.

Iniciativas propostas para atender às necessidades específicas dos setores de agricultura e infraestrutura resiliente aos recursos hídricos:

- Financiar projetos eficientes de irrigação e armazenamento de água (por exemplo, reservatórios, sistemas de captação de água da chuva e redes modernas de distribuição) e promover a adoção de tecnologias de uso eficiente da água, por meio de subsídios e unidades demonstrativas.

6.

Reforçar a resiliência por meio do desenvolvimento de matrizes energéticas e cadeias de suprimento integradas, bem como pela promoção de iniciativas comercialmente viáveis de agregação de valor no setor de mineração.

Iniciativas propostas para apoiar o planejamento energético integrado e resiliente:

- Promover a cooperação e a coordenação na integração das redes de transmissão de energia e no planejamento da infraestrutura energética.
- Desenvolver políticas energéticas adaptativas e tecnologicamente neutras por meio de um diálogo contínuo entre os setores público e privado, de modo a acomodar a inovação e os avanços das redes elétricas inteligentes (*smart grids*).

Iniciativas propostas para fortalecer a segurança energética e a diversificação da matriz energética:

- Fortalecer a segurança energética por meio de sistemas de energia diversificados que reflitam as dotações de recursos, a infraestrutura, as condições de mercado e as prioridades de desenvolvimento de cada país.
- Promover carteiras de geração diversificadas (por exemplo, solar, eólica, gás natural, hídrica, nuclear, armazenamento e outros recursos flexíveis), com base no planejamento de sistemas de longo prazo e nas circunstâncias de cada país, a fim de fortalecer a confiabilidade, a acessibilidade econômica e a resiliência.

Iniciativas propostas para acelerar a eletrificação e a integração de novas tecnologias:

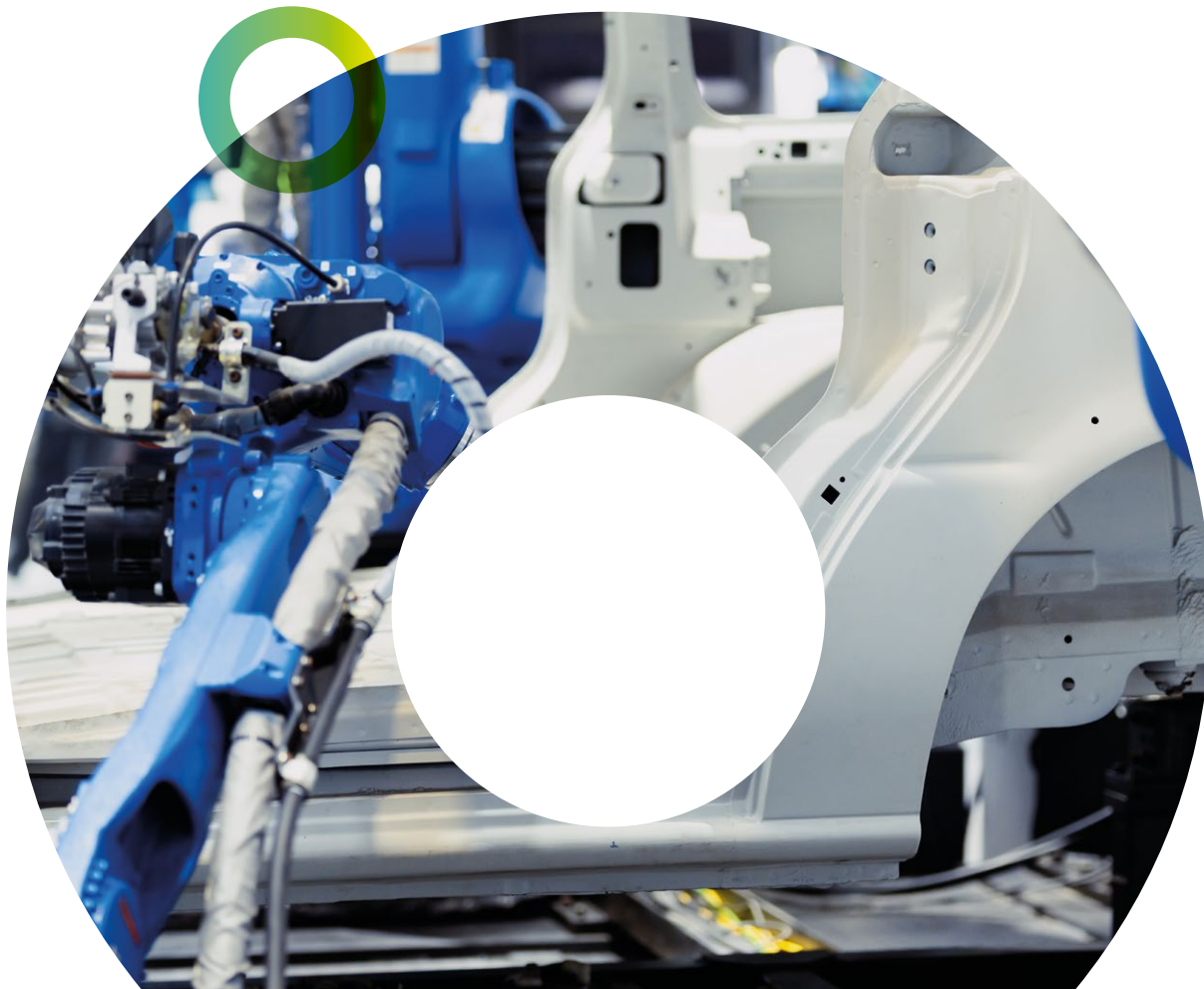
- Promover a eletrificação e a eficiência energética de forma economicamente viável, quando apropriado, aliadas a investimentos que melhorem o acesso, a confiabilidade, a acessibilidade econômica, a flexibilidade e a resiliência do sistema.
- Ampliar o armazenamento de energia e outros recursos de flexibilidade, conforme apropriado, para fortalecer a confiabilidade da rede, facilitar a integração eficiente de novas tecnologias e melhorar a resiliência do sistema.

Iniciativas propostas para fortalecer a conectividade energética regional e os investimentos no setor:

- Mobilizar investimentos em infraestrutura de transmissão e interconexão transfronteiriça para fortalecer a segurança energética, reduzir custos e promover a integração regional.
- Aproveitar o potencial do gás natural e do gás natural liquefeito (GNL) como ativos de exportação, estabelecendo corredores regionais de comércio e polos de geração de energia a partir de GNL.

Iniciativas propostas para atender às necessidades específicas das cadeias de valor da mineração e do beneficiamento:

- Adotar marcos transparentes para a repartição de royalties e receitas tributárias, a fim de assegurar a distribuição equitativa das receitas da mineração e fortalecer a prestação de contas nos níveis nacional, regional e local.
- Promover auditorias independentes realizadas por terceiros para fortalecer a devida diligência, reduzir riscos operacionais e assegurar o cumprimento dos padrões ambientais e sociais no setor de mineração.
- Promover a especialização regional e o beneficiamento mineral, aproveitando as vantagens comparativas de cada país na mineração, para desenvolver cadeias de valor pragmáticas e comercialmente viáveis.



Desbloquear vetores de crescimento de maior potencial

ÁREA PRIORITÁRIA III: Adotar tecnologias avançadas e emergentes para promover o aumento de produtividade

7.

Acelerar os investimentos públicos e privados em infraestrutura digital resiliente, reduzindo as lacunas de conectividade, adotando soluções de nuvem pública, eliminando barreiras à integração digital regional e promovendo o livre fluxo transfronteiriço de dados.

Iniciativas propostas para fortalecer o ambiente favorável aos investimentos em infraestrutura digital:

- Implementar marcos regulatórios e políticas públicas favoráveis para atrair investimentos, promover a concorrência justa e incentivar tecnologias diversas e inovadoras no setor de telecomunicações, ampliando a conectividade significativa e resiliente para todos.
- Adotar o Capítulo 19 do Acordo Estados Unidos–México–Canadá (USMCA) como referência regional para padrões interoperáveis sobre fluxos transfronteiriços de dados, segurança cibernética e neutralidade tecnológica.

Iniciativas propostas para expandir a infraestrutura digital por meio da colaboração entre os setores público e privado:

- Promover parcerias público-privadas (PPPs) para expandir a infraestrutura de banda larga de alta velocidade, as redes de próxima geração e a infraestrutura de computação em nuvem em toda a região.
- Promover o compartilhamento voluntário de infraestrutura e ampliar a disponibilidade de espectros a custos razoáveis, uma vez que a escassez de espectros e os desafios relacionados aos processos de licitação de

novas faixas limitam a expansão das redes de telecomunicações e a adoção de novas tecnologias.

- Promover a implantação eficiente da infraestrutura de telecomunicações, adotando boas práticas internacionais para acelerar a conectividade.

Iniciativas propostas para reduzir as lacunas de conectividade e promover o acesso inclusivo:

- Priorizar investimentos que reduzam as desigualdades sociais no acesso à eletricidade, à conectividade de banda larga e a dispositivos digitais em áreas rurais e desatendidas, a fim de reduzir a exclusão digital, promover a inclusão econômica e assegurar acesso equitativo à transformação digital.

8.

Promover a adoção em larga escala da inteligência artificial e de soluções digitais nos serviços públicos e no setor privado, por meio do estabelecimento de marcos nacionais e regionais para a IA, do fortalecimento de programas de capacitação e da promoção de incentivos, parcerias e ações de desenvolvimento de competências digitais.

Iniciativas propostas para estabelecer marcos nacionais e regionais de governança da inteligência artificial:

- Desenvolver e implementar estratégias nacionais de inteligência artificial que estabeleçam princípios éticos, prioridades setoriais e responsabilidades institucionais para a implementação da IA.
- Criar ambientes regulatórios experimentais (regulatory sandboxes) para testar aplicações emergentes de inteligência artificial em ambientes controlados, gerando evidências para uma implementação segura e escalável.
- Estabelecer fóruns com múltiplas partes interessadas que reúnam governos, instituições acadêmicas, setor privado e sociedade civil, para tratar das dimensões éticas, sociais e regulatórias da implementação da inteligência artificial.

- Desenvolver princípios regionais voluntários para o uso responsável da inteligência artificial em áreas estratégicas, como saúde e agricultura, alinhados às boas práticas internacionais.
- Promover a colaboração internacional para estabelecer padrões globais consistentes e iniciativas transfronteiriças que assegurem o uso responsável, democrático e ético da inteligência artificial.
- Vincular a governança da inteligência artificial às disciplinas do comércio digital para promover a convergência regulatória em matéria de proteção de dados, transparência algorítmica e direitos de propriedade intelectual.
- Apoiar mecanismos regionais de cooperação em governança da inteligência artificial e segurança cibernética, para harmonizar as práticas de gestão de riscos, os protocolos de resposta a incidentes e os critérios para fornecedores confiáveis.

Iniciativas propostas para fortalecer as capacidades institucionais e da força de trabalho para a adoção da inteligência artificial:

- Fortalecer as capacidades do setor público por meio do desenvolvimento de competências em inteligência artificial e ciência de dados entre formuladores de políticas públicas e equipes técnicas, promovendo soluções de código aberto para ampliar a transparência e a adaptabilidade.
- Estabelecer parcerias com empresas membros do ABD, instituições de ensino e organizações sem fins lucrativos, para oferecer programas acessíveis e em larga escala de capacitação em inteligência artificial, alinhados às prioridades regionais e voltados à promoção da inclusão.
- Incentivar a adaptação de modelos e softwares de inteligência artificial de código aberto às necessidades locais, reduzindo, ao mesmo tempo, a dependência de tecnologias proprietárias de terceiros.

Iniciativas propostas para implementar melhorias na administração pública e na prestação de serviços por meio da inteligência artificial:

- Aproveitar a inteligência artificial e as tecnologias de computação em nuvem para aprimorar a prestação de serviços, simplificar os processos administrativos e melhorar a experiência dos cidadãos no acesso a serviços públicos.

Iniciativas propostas para atender às necessidades específicas de cada setor:

Agricultura



- Implementar plataformas escaláveis de monitoramento, mensuração, relato e verificação (MMRV), habilitadas por inteligência artificial, dados de satélite e redes de sensores, para acompanhar em tempo real a saúde do solo, as emissões e os ganhos de produtividade.
- Prestar assistência técnica, disponibilizar ferramentas digitais e promover programas de capacitação, para apoiar os produtores rurais na participação e no aproveitamento dos benefícios dos mercados de serviços ecossistêmicos que remunerem resultados ambientais comprovados.
- Aumentar a produtividade por meio da intensificação sustentável, da inovação baseada em ciência e do uso eficiente de recursos, apoiados por sistemas interoperáveis de monitoramento, mensuração, relato e verificação (MMRV) que acompanhem os resultados e orientem os investimentos em diferentes setores.

Saúde



- Melhorar os resultados nas áreas da saúde e da agricultura por meio da adoção de soluções de inteligência artificial baseadas em risco, alinhadas aos padrões internacionais de segurança e eficácia.
- Adotar e promover terminologia e padrões comuns, por meio do endosso voluntário do Americas RISE for Health Digital Health Nomenclature Handbook.

ÁREA PRIORITÁRIA IV: Fortalecer micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e economias rurais

9.

Apoiar a formalização e a inclusão financeira das MPMEs e dos trabalhadores autônomos, por meio da simplificação e digitalização de processos de registro e tributação, da ampliação do acesso ao crédito e do fortalecimento da infraestrutura financeira rural e digital.

Iniciativas propostas para simplificar os processos de registro e conformidade tributária:

- Implementar ou ampliar regimes tributários simplificados (como os modelos de monotributo), adaptados a micro e pequenos empreendedores, a fim de incentivar a formalização.
- Introduzir isenções tributárias direcionadas ou regimes simplificados de imposto sobre o valor agregado (IVA) para trabalhadores autônomos e microempresas, a fim de reduzir as barreiras de ingresso na economia formal.
- Revisar e calibrar periodicamente os limites e os incentivos dos regimes tributários para assegurar equidade, evitar arbitragem e incentivar a adoção de sistemas eletrônicos de pagamento (por exemplo, vinculando a participação ao acesso a garantias de crédito ou a benefícios da seguridade social).
- Aplicar o princípio da “equivalência funcional” na tributação, assegurando tratamento tributário semelhante entre os diferentes meios de pagamento (por exemplo, transferências instantâneas, cartões, carteiras digitais e códigos QR), com base na natureza da transação subjacente.
- Tornar obrigatória a emissão de notas fiscais eletrônicas e a adoção de outras ferramentas digitais de conformidade tributária, para ampliar a transparência e a base tributária, especialmente entre prestadores de serviços de maior renda.
- Digitalizar os processos de registro e licenciamento de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) para reduzir o tempo e os custos da formalização, integrando esses processos às plataformas nacionais de governo eletrônico.

“

A produtividade se traduz
em empresas prósperas,
economias mais fortes e
comunidades mais resilientes.”



- Apoiar a adoção do Standard Audit File for Tax (SAF-T – Arquivo Padrão de Auditoria para Fins Tributários) da OCDE e de sistemas digitais de prestação de informações tributárias em tempo real, para fortalecer a conformidade tributária e aumentar a transparência.
- Simplificar e harmonizar as estruturas do imposto sobre o valor agregado (IVA), para reduzir os custos de conformidade tributária e aumentar a transparência na administração tributária.

Iniciativas propostas para ampliar a inclusão financeira e o acesso ao crédito:

- Oferecer programas de capacitação e assessoria para fortalecer a capacidade de crédito de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), aprimorar sua gestão financeira e ampliar sua capacidade para atender aos requisitos de investidores e instituições financeiras.
- Desenvolver um Índice Regional de Adoção Digital de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), para acompanhar os avanços da digitalização e orientar programas de apoio direcionados.
- Promover investimentos, ampliar o acesso ao crédito e criar um ambiente favorável aos negócios que incentive a formalização de comerciantes informais e prestadores de serviços, bem como a integração de pequenas empresas às cadeias de valor.
- Simplificar as exigências administrativas e reduzir os custos de conformidade para operadores informais e pequenos fornecedores, a fim de apoiar sua transição para a economia formal.
- Monitorar a evolução do papel dos bancos centrais e das autoridades reguladoras nos sistemas de pagamentos, para assegurar que as responsabilidades operacionais não comprometam a neutralidade do mercado nem a confiança do público.

Iniciativas propostas para acelerar a transformação digital de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e ampliar sua participação no mercado:

- Acelerar a transformação digital de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), por meio da promoção de parcerias entre os setores público e privado que disponibilizem recursos essenciais, como computação em nuvem, ferramentas para desenvolvimento de software e conjuntos de dados abertos, além de apoio técnico, mentoria e acesso a mercados.

10.

Facilitar a participação das MPMEs nos mercados regionais e globais, por meio do fortalecimento de mecanismos de facilitação do comércio, da simplificação de procedimentos aduaneiros e de conformidade e da promoção de programas de operador econômico autorizado e de gestão de riscos.

Iniciativas propostas para fortalecer a governança e a coordenação em prol de um comércio mais favorável às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs):

- Reafirmar o compromisso com parcerias efetivas entre os setores público e privado, por meio de comitês nacionais de facilitação do comércio ativos e eficazes, com forte representação de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).
- Estabelecer marcos de monitoramento para acompanhar a implementação e os impactos das reformas de facilitação do comércio, incluindo indicadores de participação de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).



Iniciativas propostas para simplificar os procedimentos aduaneiros e de conformidade para ampliar o acesso de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) a mercados:

- Simplificar os procedimentos aduaneiros e os programas de operador econômico autorizado (operador confiável) para facilitar o acesso a mercados de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e grupos sub-representados, incluindo empresas de propriedade de mulheres.
- Criar programas de capacitação para apoiar micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) no cumprimento de regras de origem, padrões de produtos e requisitos de documentação digital, permitindo sua participação mais efetiva no comércio transfronteiriço.

Iniciativas propostas para fortalecer a integração de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) às cadeias regionais e globais de valor:

- Promover o uso de plataformas digitais e sistemas de intercâmbio de dados que conectem micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) a cadeias regionais e globais de valor, reduzindo, assim, os custos de transação.
- Promover uma abordagem em larga escala para a digitalização dos sistemas rurais e agrícolas, por meio de investimentos em infraestrutura moderna, conectividade confiável e acesso à tecnologia, a fim de reter mão de obra qualificada e ampliar as oportunidades nas áreas rurais.
- Apoiar micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e cooperativas (em especial cooperativas de produtores rurais e redes de aprendizagem entre pares), no cumprimento dos padrões de rastreabilidade, por meio de capacitação, financiamento e adoção de ferramentas de inteligência artificial.
- Implementar programas direcionados que ofereçam ferramentas digitais, dados abertos, capacitação e apoio financeiro a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), a fim de facilitar sua participação no comércio eletrônico transfronteiriço e nas redes logísticas.
- Promover investimentos, facilitar o acesso ao crédito, criar um ambiente favorável aos negócios e incentivar a formalização do setor informal, por meio da integração de comerciantes locais e prestadores de serviços (especialmente micro, pequenas e médias empresas – MPMEs) à cadeia de valor do turismo.

Assegurar que a região tenha as capacidades e os recursos necessários

ÁREA PRIORITÁRIA V: Preparar a força de trabalho do futuro

11.

Fortalecer a cooperação regional em pesquisa, compartilhamento de dados e desenvolvimento de competências para acelerar a inovação, ampliar as capacidades locais e estabelecer polos regionais de aprendizagem e mecanismos de mobilidade de talentos em setores estratégicos.

Iniciativas propostas para alinhar os sistemas de capacitação às necessidades em evolução do mercado de trabalho e dos setores produtivos:

- Atualizar os currículos nacionais e regionais dos programas de turismo, agricultura e economia digital em institutos técnicos, escolas de educação profissional e universidades, a fim de alinhar a formação às demandas em constante evolução do mercado de trabalho e às tecnologias emergentes.
- Desenvolver programas de aprendizagem contínua e redes de aprendizagem entre produtores rurais para disseminar técnicas de agricultura regenerativa, incentivar a inovação em sementes baseada em ciência e promover a resiliência e a estabilidade da produtividade.
- Promover a pesquisa aplicada e o intercâmbio de conhecimentos que considerem as realidades locais dos produtores rurais — reconhecendo seu papel essencial nos sistemas alimentares — e ampliar o acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural, bem como a agrônomos, especialmente em parceria com o setor produtivo.
- Expandir os centros de excelência em educação profissional e técnica, para desenvolver talentos com competências alinhadas às demandas do mercado em âmbito regional, com foco em turismo, sustentabilidade, competências digitais e inteligência artificial.

Iniciativas propostas para promover a mobilidade regional de talentos e fortalecer parcerias para o desenvolvimento de competências:

- Facilitar a mobilidade regional da força de trabalho e o reconhecimento mútuo de qualificações, para possibilitar o recrutamento mais ágil e a mobilização transfronteiriça de trabalhadores qualificados.
- Promover parcerias entre os setores público e privado para o desenvolvimento de competências, por meio de coinvestimento por governos, setor produtivo e instituições acadêmicas, e usar plataformas digitais para alinhar, em tempo real, a oferta de capacitação à demanda dos empregadores.

Iniciativas propostas para modernizar os marcos regulatórios trabalhistas e fortalecer a adaptabilidade da força de trabalho:

- Modernizar marcos regulatórios trabalhistas e de proteção social para refletir as novas modalidades de trabalho digital e remoto, promovendo a inclusão, a equidade e a adaptabilidade.
- Consolidar pesquisas e dados sobre o mercado de trabalho, para identificar lacunas de inclusão e subsidiar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Iniciativas propostas para promover mercados de trabalho inclusivos e equitativos:

- Combater a discriminação no ambiente de trabalho e as desigualdades salariais, evitando, ao mesmo tempo, regulamentos excessivamente onerosos que possam restringir a geração de empregos.
- Incentivar a liderança do setor privado na promoção da diversidade e da inclusão, assegurando processos de recrutamento transparentes, igualdade salarial e oportunidades equitativas de progressão na carreira para todos os trabalhadores.
- Fortalecer e aplicar políticas que promovam mercados de trabalho inclusivos, enfrentem as desigualdades e apoiem a participação equitativa de mulheres, jovens e grupos sub-representados.



Iniciativas propostas para promover a pesquisa aplicada e fortalecer os ecossistemas de inovação:

- Assegurar a aplicação da legislação sobre patentes e direitos de propriedade intelectual, em conformidade com os padrões internacionais, e incentivar a colaboração entre instituições acadêmicas, governos e setor produtivo, para transformar a pesquisa em soluções comercialmente viáveis.

Iniciativas propostas para atender às necessidades específicas do setor agroalimentar em inovação:

- Investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em biotecnologia e melhoramento de culturas para aumentar a tolerância à seca e a eficiência no uso de nutrientes, fortalecendo, ao mesmo tempo, a infraestrutura de processamento e armazenamento de alimentos, para reduzir perdas pós-colheita e melhorar a nutrição.

12.

Aproveitar a inteligência artificial e outras tecnologias emergentes para fortalecer a capacidade dos educadores de oferecer aos estudantes experiências de aprendizagem modernas, personalizadas e adaptativas, apoiadas pela tecnologia; alinhar o ensino às necessidades em evolução do setor produtivo; e promover a aprendizagem ao longo da vida, voltada à qualificação e à requalificação profissionais.

Iniciativas propostas para alinhar os sistemas educacionais às necessidades do mercado de trabalho e da transformação tecnológica:

- Garantir a qualidade e a relevância da educação e da formação por meio do estabelecimento de padrões que alinhem os resultados da aprendizagem às necessidades do mercado de trabalho e às tecnologias emergentes.
- Promover a colaboração intersetorial entre governos, instituições acadêmicas, setor produtivo e organizações da sociedade civil, para desenvolver trajetórias de requalificação e atualização profissional voltadas para a força de trabalho digital.

Iniciativas propostas para integrar a inteligência artificial e as ferramentas digitais ao ensino e à aprendizagem:

- Aproveitar as tecnologias digitais e a inteligência artificial para oferecer experiências de aprendizagem personalizadas, interativas e adaptativas a estudantes e pessoas em processo de aprendizagem ao longo da vida.
- Integrar a inteligência artificial e as ferramentas digitais a programas de formação de professores, para fortalecer a capacidade dos educadores para oferecer um ensino moderno, apoiado por tecnologias.
- Integrar a alfabetização em inteligência artificial em todos os níveis de ensino, da educação básica à formação profissional, para desenvolver as competências digitais necessárias à adoção sustentável da inteligência artificial.

Iniciativas propostas para ampliar o acesso a recursos digitais de aprendizagem de alta qualidade:

- Criar repositórios públicos de recursos educacionais abertos, para apoiar a aprendizagem contínua e promover o acesso equitativo a conteúdos educacionais digitais.

13.

Expandir os programas de educação financeira e de competências digitais para populações vulneráveis e com acesso limitado a serviços, por meio de plataformas de aprendizagem acessíveis, sob demanda e interativas.

Iniciativas propostas para ampliar o acesso à educação financeira e à capacitação em competências digitais:

- Desenvolver e implementar plataformas digitais que ofereçam capacitação modular e sob demanda em educação financeira e competências digitais, acessível a comunidades rurais, jovens e mulheres empreendedoras.

- Integrar programas de educação financeira e desenvolvimento de competências digitais às estratégias nacionais de educação e desenvolvimento da força de trabalho, de modo a assegurar sua sustentabilidade e apropriação institucional.

Iniciativas propostas para ampliar a implementação por meio de parcerias e ecossistemas de inclusão digital:

- Estabelecer parcerias com o setor privado, bancos de desenvolvimento e organizações não governamentais (ONGs), para ampliar iniciativas de aprendizagem digital que fortaleçam a educação financeira e promovam a adoção segura de serviços financeiros digitais.
- Modernizar e fortalecer as agências de inovação para aprimorar a coordenação de programas de educação financeira e inclusão digital, otimizar a alocação de recursos e melhorar a prestação de serviços.

Iniciativas propostas para promover a participação inclusiva e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências:

- Aprimorar as políticas voltadas para a redução de desigualdades e a promoção do desenvolvimento inclusivo por meio da consolidação de pesquisas e dados, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas e ampliar o acesso a oportunidades para grupos sub-representados.
- Medir os avanços por meio de indicadores desagregados por gênero e localização geográfica, para avaliar os resultados em termos de inclusão e assegurar a participação equitativa na economia digital.



ÁREA PRIORITÁRIA VI: Viabilizar a mobilização de capital

14.

Promover a estabilidade e a confiança dos investidores para viabilizar colaborações entre os setores público e privado em investimentos de grande porte, por meio de marcos de política consistentes, transparentes e de longo prazo.

Iniciativas propostas para fortalecer a previsibilidade das políticas públicas e a segurança regulatória de longo prazo:

- Adotar marcos de políticas estáveis, transparentes e de longo prazo, que fortaleçam a atuação das autoridades reguladoras técnicas, assegurem processos de licenciamento previsíveis e criem condições tecnologicamente neutras para investimentos em setores intensivos em capital.
- Estabelecer mecanismos transparentes para monitorar o desempenho ambiental e social de investimentos de grande porte, assegurando conformidade com padrões ambientais, sociais, de governança (ESG) e de devida diligência.
- Estabelecer regras claras e estáveis para contratação, alocação de riscos, licenciamento ambiental e aquisição de terras, a fim de fortalecer a confiança dos investidores e reduzir atrasos na execução de projetos.

Iniciativas propostas para ampliar os instrumentos de financiamento e os mecanismos de mitigação de riscos:

- Ampliar os incentivos fiscais e os instrumentos de mitigação de riscos para infraestrutura resiliente e inovação.
- Capacitar as instituições de financiamento para o desenvolvimento e as organizações multilaterais a apoiar investimentos que melhorem a flexibilidade, a confiabilidade e a resiliência do sistema, complementando esforços mais amplos para modernizar os sistemas energéticos.
- Criar sinais de mercado (por exemplo, mercados de capacidade e serviços ancilares) que tornem economicamente viáveis os investimentos em

armazenamento de energia, modernização da rede elétrica, resposta a demanda e ativos de rápida partida, sem depender de subsídios generalizados.

Iniciativas propostas para fortalecer a colaboração público-privada e o engajamento comunitário:

- Fortalecer os marcos de parceria público-privada e os mecanismos de coinvestimento que mobilizem capital privado para prioridades públicas, assegurando regulamentações claras, processos de contratação pública transparentes e procedimentos contratuais padronizados que viabilizem investimentos em larga escala e acelerem a inovação, o desenvolvimento da infraestrutura e a resiliência do setor agrícola.
- Exigir o engajamento precoce e contínuo das comunidades, a adoção de modelos de valor compartilhado e a qualificação da força de trabalho em parceria com o setor privado.

Iniciativas propostas para melhorar o planejamento e a resiliência de projetos:

- Avaliar os projetos não apenas quanto à sua viabilidade financeira, mas também à sua sustentabilidade operacional, aos benefícios territoriais e à eficiência logística.
- Integrar medidas de resiliência ao desenho dos projetos e à gestão de riscos, a fim de fortalecer a resiliência das infraestruturas de saúde, água e energia.
- Promover a cooperação regional para acelerar o crescimento do setor de viagens e turismo na América Latina e no Caribe (ALC) e posicionar a região como um destino de classe internacional.

15.

Desenvolver mecanismos inovadores de financiamento, como financiamento combinado, garantias de crédito e fundos setoriais, para atender às necessidades específicas de cada setor, apoiar a adoção de tecnologias e fortalecer o desenvolvimento de infraestrutura interconectada com a participação do setor privado.

Iniciativas propostas para fortalecer bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), mecanismos governamentais de financiamento e instrumentos de compartilhamento de riscos:

- Desenvolver um marco que permita aos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) ampliar a adoção de instrumentos de compartilhamento de riscos e promover a implementação de projetos, por meio da simplificação dos processos de aprovação e do engajamento do setor privado.
- Incentivar que os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) e os governos publiquem minutas de políticas e de termos e condições, solicitem feedback do mercado, aperfeiçoem os processos de aprovação de forma iterativa e padronizem modelos para garantias, seguros e financiamento combinado.
- Implementar garantias, seguros e instrumentos baseados em resultados, como títulos de sustentabilidade ou de resiliência, que recompensem melhorias comprovadas na produtividade, no desempenho ambiental e nos benefícios para as comunidades.

Iniciativas propostas para ampliar os mecanismos de financiamento combinado e as plataformas de investimento público-privado:

- Ampliar PPPs de iniciativa privada, fundos voltados para logística e infraestrutura e mecanismos de financiamento combinado, para direcionar investimentos à infraestrutura resiliente.
- Criar um centro regional com uma linha de financiamento dedicada para preparar, financiar e conduzir projetos transfronteiriços baseados em ciência, desde sua concepção até as fases de construção e operação.

Iniciativas propostas para fortalecer os sistemas de inovação e o financiamento de pesquisas:

- Promover parcerias público-privadas para pesquisa aplicada e inovação, apoiadas por orçamentos protegidos para ciência, tecnologia e inovação (CT&I), incentivos fiscais direcionados e um sólido sistema de propriedade intelectual que estimule a criatividade e a inovação, incluindo no campo da inteligência artificial (IA).
- Ampliar e proteger os orçamentos destinados à ciência, tecnologia e inovação (CT&I), modernizar os recursos e os sistemas das agências de inovação e promover parcerias público-privadas para a pesquisa aplicada.

Iniciativas propostas para desenvolver instrumentos de financiamento alinhados à resiliência:

- Desenvolver instrumentos de financiamento que alinhem resultados de resiliência — como a diversificação da carteira energética e práticas de economia circular — com incentivos de acesso ao crédito para as empresas.

Iniciativas propostas de financiamento inovador específico por setor para fortalecer a resiliência:

- Ampliar os investimentos em saúde pública para alcançar as metas de referência da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), adotar compras baseadas em valor e implementar projetos-piloto de modelos inovadores de financiamento (por exemplo, o RISE Health Primer), para fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde.

06

Considerações finais

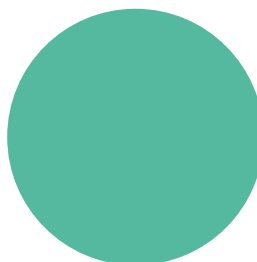




O ABD fomenta com satisfação a oportunidade de continuar dialogando com líderes governamentais, de forma construtiva e pragmática, sobre políticas públicas e iniciativas do setor privado. Esse intercâmbio contínuo tem sido fundamental para a formulação das recomendações apresentadas neste documento e continuará sendo essencial para uma implementação bem-sucedida.

Nesse espírito, o ABD continuará a defender a implementação destas recomendações e o fortalecimento da cooperação público-privada, com o objetivo comum de ampliar as oportunidades em todas as Américas. O ABD acredita que o caminho mais eficaz para o avanço da região é estabelecer parcerias público-privadas sólidas para a consecução dos objetivos apresentados neste relatório.

O ABD espera que os governos considerem estas recomendações úteis para a formulação de políticas públicas que promovam o crescimento econômico sustentável, por meio do aumento da produtividade e da competitividade. Isso, por sua vez, pode contribuir para gerar mais investimentos, melhorar a infraestrutura, ampliar o acesso a tecnologias digitais e promover o desenvolvimento em um ambiente pautado pela transparência e pela integridade.



07

Bibliografia



- Ayres, João e Luciana Juvenal. 2026. *2026 Latin American and Caribbean Macroeconomic Report: Resilience and Growth Prospects in a Shifting Global Economy*. Washington, DC: BID. <https://doi.org/10.18235/0013959>.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). 2024a. *Demographic Observatory of Latin America and the Caribbean 2024: Population Prospects and Rapid Demographic Changes in the First Quarter of the Twenty-First Century in Latin America and the Caribbean*. Santiago: CEPAL. <https://www.cepal.org/en/publications/81085-demographic-observatory-latin-america-and-caribbean-2024-population-prospects-and>.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). 2024b. *Science, Technology and Innovation for Sustainable and Inclusive Productive Development: Guidelines for 2024–2025*. Santiago: CEPAL. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/662296e8-8627-4320-9305-dbf20b6954c/content>.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2025. *Regional Economic Outlook for the Western Hemisphere: Navigating a Shifting Global Environment*. Washington, DC: FMI. <https://www.imf.org/en/publications/reo/wh/issues/2025/10/17/regional-economic-outlook-western-hemisphere-october-2025>.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). 2024. *Latin American Economic Outlook 2024*. Paris: OECD Publishing. https://www.oecd.org/en/publications/2024/12/latin-american-economic-outlook-2024_60523697.html
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA). 2024. *SME Policy Index: Latin America and the Caribbean 2024. Towards an Inclusive, Resilient, and Sustainable Recovery*. Paris: OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/ba028c1d-en>.
- Sciarra, Rita. 2024. “Yes, There Is Hope for MSMEs in the Region and Beyond.” UNDP. June 27. <https://www.undp.org/latin-america/blog/yes-there-hope-msmes-region-and-beyond>.
- UIS Data Browser. s.d. “GERD as a percentage of GDP.” https://databrowser.uis.unesco.org/view#indicatorPaths=UIS-SDG9Monitoring%3A0%3AEXPGBP.TOT&geoMode=regions&geoUnits=&browsePath=SCIENCE_TECHNOLOGY_INNOVATION%2FUIS-SDG9Monitoring%2Ft9.5%2Fi9.5.1&timeMode=range&view=table&chartMode=multiple&tableIndicatorId=EXPGBP.TOT&chartHighlightSeries=&chartHighlightEnabled=true.
- Banco Mundial. s.d. Research and Development Expenditure (% of GDP). World Development Indicators. <https://data.worldbank.org/indicator/GB.XPD.RSDV.GD.ZS>.



diálogo
empresarial
das américas